

5.3 Do abandono à “loucura”

José Raimundo da Silva Lippi

Médico. Professor Doutor em Ciências (Saúde da Criança e da Mulher pelo Instituto Fernandes Figueira, da Fundação Oswaldo Cruz/RJ). Membro Titular da Academia Mineira de Medicina, Pós-Doutorando da Faculdade de Medicina da USP. (Departamento de Medicina Legal, Ética Médica, Medicina Social e do Trabalho e de Psiquiatria).



José Raimundo da Silva Lippi

Tal qual a psicose, a delinquência e a tentativa de suicídio têm a ver, também, com o **abandono**, que é uma outra forma de violência sofrida na infância. Além disso, muitos dos abandonados irão para as cadeias ou hospitais psiquiátricos.

Uma porcentagem significativa deles irá tentar o suicídio. Quais são os primeiros passos deles? Saem em busca de um “pai” ou “mãe”, fortes e afetivos.

Não raras vezes encontram figuras

acima de qualquer suspeita que os “acolhem” seduzindo, e abusam sexualmente desses seres carentes. Pediatras, padres, pastores, professores, para citar algumas autoridades, usam da segurança que suas funções lhes asseguram e deixam transparecer suas parafilias. É um extraordinário problema de saúde pública que está mobilizando a Igreja, as Associações Científicas e a Magistratura.

Para entender esse grave problema, vou me louvar no pensamento de Winnicott (1987:119-125). Ele fez uma palestra especial, há muitos anos, para magistrados, mas que continua muito atual. Em primeiro lugar, ele nos convida a um exame da palavra inconsciente. Os magistrados estão, por sua formação e exercício, habituados a pesar provas, a refletir sobre as coisas e a senti-las. Freud, *apud* Laplanche & Pontalis (1977:306), mostrou que, se substituímos o sentimento pela reflexão, não podemos deixar de fora o inconsciente sem cometer sérios erros. O inconsciente pode ser um estorvo para quem gosta de tudo simples e arrumado, mas, decididamente, não pode ser ignorado por planejadores e pensadores. O homem que sente, o homem que intui, longe de menosprezar o inconsciente, foi sempre influenciado por ele. Eu penso que os magistrados, particularmente, aqueles

que lidam na esfera da infância e da juventude, têm dificuldade para enxergar, em sua grande maioria, que os pequenos “ladrões” estão inconscientemente procurando algo mais importante do que bicicletas, tênis, bonés ou telefones celulares.

Dito isso, já se pode passar ao que interessa muito mais: a compreensão do crime como doença psicológica. É um assunto gigantesco e complexo. Falemos algo simples a respeito de crianças anti-sociais e da relação da delinquência com a privação da vida familiar. Quando estudamos os internos de um reformatório, (Lippi, 1986:5), o diagnóstico variou segundo uma escala que vai de normal (ou saudável) a esquizofrênico. Entretanto, existe algo comum a todos os delinquentes. Numa família comum, homem e mulher, marido e esposa assumem responsabilidade conjunta pelos filhos. Os bebês nascem, a mãe (apoiada pelo pai) vai criando os filhos, estudando a personalidade de cada um, defrontando-se com o problema pessoal deles na medida em que este afeta a sociedade em sua menor unidade, a família e o lar. Como é a criança normal? Ela simplesmente come, cresce e sorri docemente? Uma criança normal tem a confiança do pai e da mãe, usa de todos os meios possíveis para se impor. Com o passar do tempo, põe à prova o seu poder de desintegrar, assustar, cansar, manobrar, consumir e apropriar-se. Essas condutas são normais nessa etapa do desenvolvimento.

“Tudo o que leva as pessoas aos tribunais (ou aos manicômios, pouco importa o caso) tem seu equivalente normal na infância, na relação da criança com o seu próprio lar” Winnicott (1987:121). Se o lar consegue suportar tudo o que a criança pode fazer para desorganizá-lo, ela se sossega e vai brincar; mas primeiro os testes têm que ser feitos, especialmente se a criança tiver alguma dúvida quanto à estabilidade casa / lar. O lar é muito mais do que a casa, pois além da estrutura física ele inclui o ambiente emocional. Antes de qualquer outra coisa a criança precisa estar consciente de um quadro de referência se quiser sentir-se livre e se quiser ser capaz de brincar, de fazer seus próprios desenhos,

ser uma criança responsável. Por que deve ser assim? Há uma longa explicação dinâmica que não cabe neste relato.

O fato é que os estágios iniciais do desenvolvimento emocional estão repletos de conflito e desintegração potenciais. A relação com a realidade externa ainda não está firmemente enraizada; a personalidade ainda não está bem integrada; o amor primitivo tem um propósito destrutivo e a criança pequena ainda não aprendeu a tolerar e enfrentar os instintos. Pode chegar a fazer essas coisas e mais, se o seu ambiente for estável e pessoal. No começo, ela tem necessidade absoluta de viver num círculo de amor e força (com a conseqüente tolerância), para não sentir um medo excessivo de seus próprios pensamentos e dos produtos de sua imaginação, a fim de progredir em seu desenvolvimento emocional.

Ora, o que acontece se o lar faltar à criança, antes de ela ter adquirido uma idéia de um quadro de referência, como parte de sua própria natureza? A idéia corrente é que, vendo-se “livre”, a criança passa a fazer tudo o que lhe dá prazer. Isso está muito longe da verdade. Ao constatar que o quadro de referência de sua vida se desfez, ela deixa de se sentir livre. Liberdade não é viver sem parâmetros e limites! Ao se perceber distante daqueles que poderiam conter seus impulsos, a criança torna-se angustiada e, se tem alguma esperança, trata de procurar um outro quadro de referência fora do lar. Recorre aos avós, tios e tias, amigos da família, escola. **Procura uma estabilidade externa sem a qual poderá enlouquecer.** Fornecida em tempo oportuno, essa estabilidade poderá ter crescido na criança como os ossos em seu corpo, de modo que, gradualmente, no decorrer dos primeiros meses e anos de vida, terá avançado, da dependência e da necessidade de ser cuidada, para a independência. É freqüente a criança obter em suas relações e na escola o que lhe faltou no próprio lar.

A criança anti-social está simplesmente olhando um pouco mais longe, recorrendo à sociedade em vez de recorrer à família ou à escola para uma e outra lhe fornecerem a estabilidade de que necessita para o seu desenvolvimento emocional. A criança anti-social busca limites. Quando uma criança rouba fora de casa, ainda está procurando a mãe, mas a procura com maior sentimento de frustração e necessitando cada vez mais encontrar, ao mesmo tempo, a autoridade paterna que pode pôr, e porá, um limite ao efeito concreto de seu comportamento e idéias impulsivas.

Na delinqüência plenamente desenvolvida, a situação fica difícil, para nós, como observadores, porque o que nos chama à atenção é a necessidade aguda que a criança tem de **um pai rigoroso**. Esse pai severo e forte deve ser amoroso. Somente assim a criança pode recuperar seus impulsos primitivos de amor, seu sentimento de culpa e o desejo de corrigir-se. Muitos não encontram esta figura. **É por isso que existem delinqüentes absolutamente irrecuperáveis.**

A delinqüência indica que alguma esperança subsiste. Enquanto está sob forte controle, uma criança anti-social pode parecer que está muito bem; mas, se lhe for dada liberdade, ela não tardará em sentir a ameaça de loucura. Assim, ela transgride contra a sociedade (sem saber o que está fazendo) a fim de restabelecer o controle proveniente do exterior. As crianças normais, ajudadas nos estágios iniciais pelo seu próprio lar, desenvolvem a capacidade para controlar-se. Desenvolve o que é denominado, por vezes, “ambiente interno”, com uma tendência para descobrir um bom meio. A criança anti-social, doente, não tendo tido

a oportunidade de criar um bom “ambiente interno”, necessita absolutamente de um controle externo se quiser ser feliz e capaz de brincar ou trabalhar. Uma criança de 6 ou 7 anos tem muito mais possibilidade de receber ajuda desse modo do que uma de 10 ou 11 anos. Por isso muitas não conseguem seu objetivo, da busca do amor perdido, e **procuram na tentativa do suicídio um meio de fugir do sofrimento**. É necessário afirmar a importância desse conhecimento para as autoridades, para um maior preparo, para lidar com estas questões. Juizes e promotores da infância e da juventude, principalmente, necessitam de uma segura formação do desenvolvimento psicológico.

A partir dessas considerações, vemos que as crianças privadas de vida familiar ou são dotadas com algo pessoal e estável quando ainda são suficientemente jovens para fazer uso disso em alguma medida, ou então nos obrigarão mais tarde a fornecer-lhes estabilidade sob forma de um reformatório ou manicômio, ou, ainda, como último recurso, as quatro paredes de uma cela de prisão e, muitas vezes na emergência de um hospital, por tentativa de suicídio, se outros caminhos não foram encontrados.

O ser humano tem, portanto, uma tarefa sensível a cumprir dependendo do seu ambiente inicial. Por isso, é necessário aprofundar cada vez mais o conhecimento do tema. E, abordando o mundo interno das instituições e destes seres humanos, encontramos:

O que venho apontando neste trabalho é que se ouse enfrentar justamente a violência, situação traumática, buscando símbolos, representação, palavras, senão o ato violento cala esse tormento tantas vezes inominável. Embora concorde que um resto inominável permaneça, que não houve religião, ciência, psicologia, farmacologia, psiquiatria, e até mesmo psicanálise que dê conta, a criatividade humana se constitui num esforço incessante de buscar respostas, sentido. Insisto em lembrar que a preocupação com a simbolização como forma de dar conta de traumatismos, ao mesmo tempo que não o esgota, está na tradição Freudiana. (Marin, 2002:134).

Para alcançar a possibilidade de enfrentar o fantasma da violência, precisamos compreender melhor sua dinâmica.

Uma tarefa que impõe, entre outros desafios, o de recuperar as formas socialmente aceitáveis de realização do desejo e de responsabilização pelos atos, de reconhecimento do outro, de suas diferenças e desamparos. Daí porque propor esta questão é inscrevê-la em um circuito particular: o da sexualidade polimorfa e perversamente reprimido em um corpo assujeitado e dominado. Sair da armadilha proposta pela violência em nossa contemporaneidade é, portanto, discutir formas alternativas de subjetividade libertárias. (Adorno, 2002:12).

Como evitar as vivências em instituições? Como percorrer os caminhos mais harmônicos? Como criar condições para que milhares de seres em desenvolvimento não caiam nas armadilhas de uma sociedade egoísta? Creio que é compreendendo melhor o papel de cada um na sociedade. Exercê-lo da melhor maneira, por mais simples que seja considerada a sua missão. O homem nasceu para viver e compartilhar experiências com os grupos de iguais. Um solitário não é um homem saudável, pois:

O ser humano é um ser gregário. Não pode evitar ser membro de um grupo, ainda naqueles casos em que sua pertinência ao grupo consista em comportar-se de um modo que dá a sensação de não pertencer a grupo algum. As experiências grupais são as que permitem observar as características “políticas” do ser humano: não porque estas sejam criadas neste momento, mas sim porque é necessário que haja um grupo reunido

para que essas características possam se manifestar e assim converter-se em objeto de observação. Atribuir importância ao grupo reunido é uma consequência da impressão errônea que uma coisa começa necessariamente apenas no momento em que sua existência passa a ser demonstrável (Grinberg, Sor e Bianchedi, 1973:19).

Esses autores nos mostram como Bion compreende a conduta humana. Ele explica que o indivíduo tem que estabelecer

contato com a vida emocional do grupo, que o confronta com o dilema de evoluir e diferenciar-se e enfrentar os temores associados a esta evolução. O primeiro grupo e o mais importante é o da família. A psicanálise tanto é um método para se conhecer o homem, como uma estratégia para a compreensão de suas dificuldades, tornando-se, então, uma opção terapêutica. E de seus princípios tenho me nutrido para vivenciar esta aventura de muitos anos: compreender e atender a infância e a adolescência sadia ou marginalizada.

Referências bibliográficas

- ADORNO, S. (2002). *Violência e contemporaneidade*. IN: MARIN, I.S.K. *Violências*. São Paulo: Escuta. 202p.
- GRINBERG, L.; SOR, D.; BIANCHEDI, E.T. (1973). *Introdução às idéias de Bion*. Rio de Janeiro: Imago. 228p.
- LAPLANCHE, J; PONTALIS, J.B. (1977). *Vocabulário da Psicanálise*. Santos: Martins Fontes. 707p.
- LIPPI, JRS. (1986). *Depressão na Infância*. São Paulo: Biogalênica. 187p.
- MARIN, I.S.K. (2002). *Violências*. São Paulo: Escuta. 202p.
- WINNICOTT, D. (1987) *Privação e Delinquência*. São Paulo: Martins Fontes. 290p.